

OS DESAFIOS DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA FRENTE ÀS QUESTÕES DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)
chaves.adri@hotmail.com

1. Introdução

Há algumas décadas, professores, pesquisadores e linguistas vêm buscando entender mais sobre as questões que envolvem a diversidade / variação linguística e, no Brasil, esses conhecimentos têm tido fortes impactos no ensino da língua portuguesa, principalmente nas escolas da rede pública.

Em princípio, o professor de português deveria ensinar a norma culta da língua aos alunos, já que para seu crescimento como cidadãos e a interação com o meio, eles devem conhecer a gramática normativa e utilizá-la corretamente fora da escola nos vestibulares, ENEN, concursos, avaliações externas, e etc. No entanto, segundo as atuais diretrizes educacionais, esse professor, trabalhando efetivamente para a inclusão social do aluno e evitando o preconceito linguístico, deve também estimular e fazer respeitar as outras variações da língua, principalmente as populares, que apresentam regras desalinhadas às da gramática normativa.

Porém, como fará para cumprir com o seu dever profissional de levar em consideração questões que deveriam ser vistas como complementares, mas vêm sendo tidas como conflitantes? Como deve encarar a gramática normativa? Mais uma variante? A variante da elite e da classe dominante? Como abordará as variações linguísticas efetivamente? Como lidará com os “erros” gramaticais? Afinal, o que são “erros”, “acertos” e (in) adequações? A frase “nós pega o peixe” está certa? Está errada? Está apenas (in) adequada, dependendo do contexto? O professor pode corrigi-la? Se o fizer, estará cometendo uma violência, um ato de preconceito linguístico? Se não o fizer estará contribuindo para a inclusão/exclusão social do aluno?

Esses vêm sendo os principais questionamentos dos professores de português que parecem estar desorientados e divididos diante da polêmica gerada pelas diretrizes atuais de ensino da nossa língua materna, principalmente, após a publicação do livro didático chamado “Por uma Vida Melhor”, comprado pelo Ministério de Educação (MEC) para ser

adotado nas turmas da Educação de Jovens Adultos (EJA), em mais de 4236 mil escolas públicas, em todo território nacional.

A polêmica se deve aos novos conceitos ensinados. Por exemplo, ao fazer a distinção entre a norma culta e a linguagem falada, os autores da obra dizem que falar é diferente de escrever e que os alunos podem falar “os livros”, mas recomendam que esses falantes fiquem atentos, pois, dependendo da situação, eles correm o risco de serem vítimas de preconceito linguístico.

Assim, divididos por concepções linguísticas e ideologias educacionais distintas, vemos, de um lado, um grupo de linguistas, professores e estudiosos pregando que os alunos podem falar sem cumprir as regras da gramática normativa, pois entendem que o uso da língua popular no ensino ajuda os estudantes de classes menos favorecidas a não se sentirem excluídos; do outro, os que defendem que essa prática significa um entrave à sua inclusão social.

Com o intuito de chamar a atenção sobre esse assunto, a fim de ajudar na busca de solução pelas autoridades competentes, procura-se refletir, a partir da polêmica gerada pela adoção do livro acima mencionado, sobre a falta de clareza das diretrizes atuais do ensino de português nas escolas da rede pública. Constata-se que tal fato vem suscitando insegurança por parte dos professores, que se sentem desafiados a ministrar aulas da língua, com o intuito de ampliar nos alunos seu domínio discursivo, para possibilitar-lhes a inserção social, ao mesmo tempo em que não devem desconsiderar as variações linguísticas, para evitar preconceito.

2. Polêmica

As variações da língua portuguesa e o preconceito linguístico foram temas de muitos debates no ano de 2011, motivados pela polêmica em relação ao livro didático de língua portuguesa, “Por uma Vida Melhor”, que traz exemplos das variantes populares do idioma, numa tentativa, segundo Maria do Pilar Lacerda, secretária de Educação Básica do MEC na época, em reportagem exibida na TV Brasil no dia 25 de maio de 2011, de “conduzir o aluno, neste caso, um jovem ou um adulto, a refletir sobre a sua forma de falar sem humilhar, discriminar ou excluir o estudante que cometa erros de português”.

No primeiro capítulo, os autores do livro afirmam:

É importante saber o seguinte: as duas variantes [norma culta e popular] são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. (2011, p. 12)

Em seguida, dão alguns exemplos de variantes populares, como “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, “Nós pega o peixe” e “Os menino pega o peixe” (2001, p. 16), explicando que, na linguagem coloquial de uma considerável parte da população, é comum que se façam concordâncias (verbal e nominal), em desacordo com a norma culta. Os autores ainda dão um alerta sobre o uso da norma popular em qualquer contexto, dizendo:

Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (2011, p. 15)

Os autores complementam afirmando que

... é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala. [...] A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta. Algo semelhante ocorre quando falamos: conversar com uma autoridade exige uma fala formal, enquanto é natural conversarmos com as pessoas de nossa família de maneira espontânea, informal. (2011, p. 12)

Diante da polêmica dessas afirmações impressas em um livro didático, as opiniões dividiram-se nos meios acadêmico, educacional, midiático, político, como também entre os leigos, falantes do português.

Há os que acreditam que a simples leitura do capítulo e a observação das frases em seu contexto mostram que o livro não ensina a falar “errado”, apenas flexibiliza o uso da variante linguística popular.

Para esses professores, dependendo do contexto, são permitidas várias formas de se comunicar, pois, geralmente, mesmo tendo conhecimento da forma culta, as pessoas usam a coloquial quando a situação permite. Por isso, concordam com o acesso dos estudantes às variações linguísticas, acreditando que se beneficiarão com conhecimento das di-

versas formas de comunicação, e defendem o livro, que segundo eles, apenas diz que a maneira informal de falar pode ser aceita, dependendo da situação.

Nessa linha de pensamento, preocupados com o preconceito linguístico, muitos estudiosos, pesquisadores e professores acreditam que a variação linguística deve ser base de todo o currículo do ensino da língua portuguesa, como um incentivo à reflexão sobre o assunto, e ressaltam a necessidade de se partir dos conhecimentos que os alunos trazem para à sala de aula, para então levá-los ao domínio da gramática normativa. Apropriando-se dos exemplos dos alunos, o professor poderá mostrar-lhes que sua fala coloquial não é anômala.

Contrários a essas ideias, há os que, apesar de reconhecerem a existência de variantes na língua falada, não concordam com sua exposição em um livro didático. Para eles, o MEC não deveria adotar um que ensinasse formas diferentes das consideradas certas, uma vez que, em concursos, provas oficiais e outras situações formais, a gramática normativa ainda é a exigida.

Numa entrevista à Carta Capital de 17 de maio de 2011, no auge da polêmica sobre o livro, o pesquisador de temas relacionados às variações linguísticas e professor da Universidade de Brasília, Marcos Bagno, acusou a imprensa de ignorar o que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da Educação, no campo do ensino do idioma. Complementou dizendo que os jornalistas, desinformados sobre o assunto em pauta, vinham emitindo suas opiniões baseados em “metade de meia página” lida.

Segundo o linguista, já faz mais de quinze anos que os livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado, avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação, abordam o tema da variação linguística e do seu tratamento em sala de aula. Em defesa de tal atitude, afirma que, somente com uma abordagem assim, os alunos provenientes das chamadas “classes populares” poderão se reconhecer no material didático, sem se sentir alvo de preconceito.

E acrescenta:

E, é claro, com a chegada ao magistério de docentes provenientes cada vez mais dessas mesmas “classes populares”, esses mesmos profissionais entenderão que seu modo de falar, e o de seus aprendizes, não é feio, nem errado, nem tosco, é apenas uma língua diferente daquela — devidamente fossilizada e conservada em formol — que a tradição normativa tenta preservar a ferro e fogo, principalmente nos últimos tempos, com a chegada aos novos

meios de comunicação de pseudoespecialistas que, amparados em tecnologias inovadoras, tentam vender um peixe gramatiquero para lá de podre. (BAGNO, 2011, p. 1)

Na edição do programa “Observatório da Imprensa”, exibido na TV Brasil, no dia 25 de maio de 2011, Bagno continuou a defender o seu ponto, dizendo que o debate, onde também estavam presentes o professor, escritor e pró-reitor da Universidade Estácio de Sá, na época, Deonísio da Silva, e o professor e consultor de língua portuguesa do jornalismo da Rede Globo, Sérgio Nogueira, estava sendo feito de maneira superficial, por pessoas que não tinham conhecimento da obra e que haviam pinçado as frases com “erros” de português para tecer suas críticas. Lembrou também que, em qualquer idioma do mundo, existem diferenças entre a língua falada e a escrita, que a variação linguística é comum e que já vem sendo abordada nas escolas brasileiras, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, pelo MEC.

Nessa mesma edição do programa, Heloísa Ramos, uma das autoras do livro, defendeu sua obra, afirmando que o livro não ensina a escrever errado, apenas admite que exista uma variante popular na fala dos brasileiros e, para acirrar a polêmica, a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) de então, Maria do Pilar Lacerda, afirmou que o MEC não iria recolher o livro por entender que a obra não defende a escrita errada, apenas explica que existem formas diferentes de falar. Deonísio da Silva, também convidado para a discussão, defendeu a democratização da norma culta por meio de um melhor ensino nas escolas e disse que achava o debate produtivo. Contrário às posições anteriores, acrescentou que “o professor que usa o já restrito espaço da aula de língua portuguesa para tratar de questões da linguística, disciplina que não pertence ao ensino médio, presta um desserviço ao povo brasileiro”. Deonísio acredita que é preciso torná-la ao alcance de todos, ao invés de promover a inclusão na língua sem o esforço do aluno para aprender o correto: “A gente não se inclui na língua culta sem estudá-la. [...] Nós queremos facilitar, mas aprender é difícil”.

A trajetória do escritor Machado de Assis (1839-1908), fundador da ABL, foi lembrada pelo professor como um exemplo vitorioso de inclusão na norma culta, pelo esforço pessoal. De origem humilde, negro, gago e portador de epilepsia, Machado de Assis precisou se adaptar a rígidos padrões gramaticais para ingressar na sociedade literata de sua época. “Ele teve que aprender aquela língua que não era a dele. Ele era lá do morro”, sublinhou Deonísio, que continuou dizendo que Machado de

Assis “se apropriou” da norma que não conhecia e acabou por se converter em mestre daqueles que usavam a língua culta e o excluía da sociedade. Confirmando sua opinião, acrescentou: “Esta á a verdadeira inclusão: você tirar o sujeito da ignorância”. Por fim, Deonísio da Silva ressaltou que o professor de língua portuguesa é pago pelo Estado ou pela iniciativa privada para ensinar essa disciplina aos que precisam aprendê-la.

O professor Sérgio Nogueira, o terceiro debatedor do programa, defendeu que a luta contra o preconceito seja um dever de todo educador e explicou que diversos livros já trataram desse assunto, mas a obra “Por uma Vida Melhor” foi mais ousada. Na avaliação do professor, o livro é louvável ao ensinar que há preconceito linguístico na sociedade. No entanto, Nogueira manifestou o receio de que a diferença entre a língua falada e a escrita possa ser mal aproveitada, caso não haja um treinamento adequado dos professores. Segundo ele, “pode haver uma acomodação”.

No trecho do “Bom Dia Brasil”, que foi ao ar no dia 17 de maio de 2011 e também contou com a participação do professor Sérgio Nogueira, o jornalista Alexandre Garcia criticou a aprovação do livro pelo MEC, dizendo que “quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo, pois ironicamente esse livro se chama ‘Por uma Vida Melhor’”.

Cristovam Buarque, ex-ministro da educação e senador (PDT-DF) na época, afirmou ao *Poder Online*, no dia 16 de maio de 2011, que esse livro “deseduca, mantém o *apartheid* linguístico e gera a manutenção da exclusão social”, o que, na sua opinião, é um crime.

Mas afinal, perguntam-se os professores, em quem devem confiar? Que conceitos linguísticos devem adotar em suas salas de aula?

Assim, as divergências de opiniões suscitadas a partir das concepções linguísticas impressas no livro didático, em discussão, revelaram a falta de clareza das diretrizes atuais do ensino de português nas escolas da rede pública, gerando mais questionamentos por parte dos professores da língua, sobre como melhor exercer suas práticas profissionais.

3. Reflexões

Essa polêmica vai além do julgamento sobre a adoção, ou não, de um livro didático com conteúdo linguístico, nas sessões destinadas ao nosso idioma. Trata-se de uma discussão mais profunda sobre questões educacionais, sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem o

conceito de língua portuguesa, além de sua gramática, seus usos e a forma de lidar com ela nas escolas brasileiras da rede pública.

Concordo com o professor Deonísio da Silva, quando diz que o debate é produtivo, pois, em minha opinião, expor o assunto e dar oportunidades para que se ouçam os mais diversos pontos de vista, leva-nos a refletir sobre nossas crenças e amadurecer nossas convicções.

Após uma simples análise do que foi veiculado na mídia no auge da celeuma sobre a adoção do livro, em 2011, percebemos que há, pelo menos, duas visões contrastantes: a daqueles para quem a nossa língua materna está sendo “desensinada” nas escolas e a daqueles que estão tranquilos com o novo modelo de ensino do português.

Para estes últimos, a língua não precisa ser “protegida” nas escolas, pois não está sendo atacada, como rege o chamado mito da ameaça à unidade linguística. Para eles, há uma falsa crença de que se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde e se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Esses estudiosos afirmam que, ao contrário, a heterogeneidade da língua é que garante a sua unidade em uma sociedade culturalmente diversa e é a flexibilidade da variação linguística que lhe permite funcionar em contextos diferentes.

Para os outros, a medida do MEC em adotar tal livro didático, discrimina os menos favorecidos e, quanto a isso, as autoridades responsáveis pelo ensino no Brasil estão sendo irresponsáveis quando tentam evitar a noção de “errado”, preferindo o “paternalismo condescendente de não corrigir”, como afirmou a imortal Ana Maria Machado.

Eles questionam: Que chances de vencer terão esses jovens na vida profissional? Como vão competir com os egressos de escolas, onde se ensina a gramática oficial? Como serão os resultados dos candidatos nas entrevistas de seleção de emprego quando disserem “os livro?”, “nós pega o peixe” ou “os menino pega o peixe”? Será não que perderão a chance de uma vida melhor?

Mas afinal, qual é a posição do Ministério da Educação?

Em 16 de maio de 2011, em nota encaminhada ao Jornal Nacional, o Ministério da Educação informou que a norma culta da língua, continuará sendo exigida nas provas e avaliações, e que não se envolverá na polêmica sobre o livro. Quanto a isso, um auxiliar do Ministro da E-

ducação de então, Fernando Haddad, declarou:

Não somos o Ministério da Verdade. O Ministério não faz análise dos livros didáticos, não interfere no conteúdo. Já pensou se tivéssemos que dizer o que é certo ou errado? Aí, sim, o ministro seria um tirano.

E seguem os questionamentos: Se a responsabilidade pelo conteúdo dos livros didáticos não é do Ministério da Educação, então de qual Ministério será?

Terão razão os professores de português ao se sentirem desorientados e inseguros em suas práticas profissionais?

Na edição do programa “Observatório da Imprensa”, exibido na TV Brasil, no dia 25 de maio de 2011, o professor Sérgio Nogueira ressaltou que o ensino da língua padrão está sendo mostrado como um “pecado” por defensores desse livro e denunciou que os professores que ensinam a norma culta estão sendo ridicularizados. E complementa, “Não sei o porquê desta agressividade que muitas vezes existe contra aqueles que, de alguma forma, tentam manter esta língua padrão o mais próxima possível da fala. É óbvio que nós temos variantes sociais, culturais, regionais. Todas são válidas, todas merecem respeito. Agora, por que não ensinar a língua padrão?”

E os questionamentos se multiplicam: Afinal, os professores de português devem ensinar a norma culta ou não? Aqueles que o fizerem estarão sendo preconceituosos? Estarão constrangendo os seus alunos? Os professores de português devem corrigir quando o aluno falar “nós pega o peixe”? Se o fizer, estarão contribuindo para a exclusão ou para a inclusão social do seu aluno?

Em entrevista à *Carta Capital* de 17 de maio de 2011, Bagno, um dos maiores defensores do livro *Por uma Vida Melhor*, afirma que nenhum linguista “sério” advogaria que os usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. Para ele, “defender o respeito à variedade linguística dos estudantes não significa que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona.” Assim, é dever da escola ensinar o que os alunos desconhecem:

Não é preciso ensinar nenhum brasileiro a dizer “*isso é para mim tomar?*”, porque essa regra gramatical (sim, caros leigos, é uma regra gramatical) já faz parte da língua materna de 99% dos nossos compatriotas. O que é preciso ensinar é a forma “*isso é para eu tomar?*”, porque ela não faz parte da

gramática da maioria dos falantes de português brasileiro, mas por ainda servir de arame farpado entre os que falam “certo” e os que falam “errado”, é dever da escola apresentar essa outra regra aos alunos, de modo que eles — se julgarem pertinente, adequado e necessário — possam vir a usá-la.

Em sua própria defesa, Heloísa Ramos, uma das autoras da obra “Por uma Vida Melhor”, em entrevista à TV Brasil afirmou: “Não dissemos, em nenhum momento, que é para escrever assim [errado] na norma culta. Nós não estamos ensinando a escrever assim, estamos admitindo que, na fala, exista esta possibilidade, esta variante”, assegurou a autora.

Nesse mesmo programa, o escritor e colunista Affonso Romano de Sant’Anna, que defende o livro, disse que ele mostra as duas vertentes da língua: a falada e a escrita, mas ensina, de fato, a norma culta. “Existe um sistema, uma ordem na sociedade. Todo este papo de que não há limite, não há ordem, não há fronteira, não há regras, é um papo da moderna contemporaneidade que deixa as pessoas confusas”.

Ora, se as “pessoas estão confusas” e se os professores de português vêm manifestando suas inseguranças, talvez seja a hora de esclarecermos as diretrizes do ensino da língua portuguesa nas escolas das redes públicas e voltarmos as nossas atenções para os cursos de formação de professores, preparando-os efetivamente, para que possam, de maneira responsável, ampliar o domínio discursivo de seus alunos e possibilitar sua inserção social, desempenhando, assim, o seu papel de educador.

4. Considerações finais

Para as considerações finais, trago os pensamentos e posições de escritores, professores e estudiosos, aos quais devo particular admiração e cujos pontos de vista, se coadunam aos meus.

Na edição do programa “Observatório da Imprensa”, exibido na TV Brasil, no dia 25 de maio de 2011, João Ubaldo Ribeiro, autor consagrado e colunista do jornal “*O Globo*”, defendeu que se mostre ao usuário da norma “não culta” que a língua falada por ele tem tanta dignidade quanto qualquer outra, mas que o ensino da norma culta prevaleça: “Não apenas como privilégio de alguns, mas que a norma culta seja compreensível, acessível e utilizável por todos os brasileiros, que continuarão a falar seus outros dialetos”.

Em entrevista ao IG de São Paulo, em 13 de maio de 2011, Be-

chara, afirma que a proposta do livro didático “Por uma Vida Melhor”, que dedica um capítulo ao uso popular da língua, está perfeita do ponto de vista do técnico. Porém, por parte do professor de português, segundo ele, é como se dissesse: “eu vou ensinar o que é correto, mas se você quiser continuar usando o menos correto, você pode continuar”. Segundo Bechara, nesse caso, está se tirando do aluno o que ele considera o elemento fundamental na educação: o interesse para aprender mais. E acrescenta que o sucesso da sala de aula não depende do livro adotado, mas da técnica e do preparo do professor.

Para Bechara,

O aluno não vai para a escola para aprender “nós pega o peixe.” Isso ele já diz de casa, já é aquilo que nós chamamos de língua familiar, a língua do contexto doméstico. O grande problema é uma confusão que se faz, e que o livro também faz, entre a tarefa de um cientista, de um linguista e a tarefa de um professor de português. Um linguista estuda com o mesmo interesse e cuidado todas as manifestações linguísticas de todas as variantes de uma língua. A tarefa do linguista é examinar a língua sem se preocupar com o tipo de variedade, se é variedade regional, se variedade familiar, se é variedade culta. Ele estuda a língua como a língua se apresenta. Já o professor de português, não. O professor de português tem outra tarefa. Se o aluno vem para a escola, é porque ele pretende uma ascensão social. Se ele pretende essa ascensão social, ele precisa levar nessa ascensão um novo tipo de variante. Não é uma variante que seja melhor, nem pior. Mas é a variante que lhe vai ser exigida neste momento de ascensão social.

Ainda, quanto ao papel da escola, Bechara afirma com segurança:

Ninguém vai para a escola para viver na mesmice. Eu chamaria de mesmice idiomática. O aluno vai para a escola, mas acaba saindo dela com a mesma língua com a qual entrou. Portanto, perdeu seu tempo. Na verdade, sempre se vai para a escola para se ascender numa posição melhor. A própria palavra educar, que é formada pelo prefixo latino *edu*, quer dizer conduzir. Então, o papel da educação é justamente tirar a pessoa do ambiente estreito em que vive para alcançar uma situação melhor na sociedade. Essa ascensão social não vai exigir só um novo padrão de língua, vai exigir também um novo padrão de comportamento social. Essa mudança não é só na língua. Portanto, não é um problema de preconceito. E, para esses livros, parece que o preconceito é uma atitude de mão única. Mas o preconceito não é só da classe culta para a classe inculta, mas também da classe inculta para a classe culta.

Retomo, então, o principal objetivo do artigo que é o de refletir, a partir da polêmica gerada pela adoção do livro didático, “Por uma Vida Melhor”, em 2011, sobre a falta de clareza das diretrizes atuais do ensino de português nas escolas da rede pública e afirmo que precisamos voltar as nossas atenções para os cursos universitários de formação de professores de português, os de graduação e os de pós. É importante que se defi-

nam e assumam algumas posições, como, por exemplo, a necessidade de se ensinar a norma culta, levando em consideração as variantes populares, uma vez que, mesmo aqueles que advogam a favor do livro didático, “Por uma Vida Melhor”, dizem ser a função da escola ensinar o que os alunos desconhecem. Segundo eles próprios, os alunos já sabem a variante popular e o dever da escola é o de apresentar a regra que eles não sabem.

Por fim, acredito que ao esclarecermos e assumirmos as diretrizes do ensino de português, preparando os professores, devidamente, para cumprirem sua missão, eles sentirão diminuído o peso do desafio de ministrar suas aulas, sem deixar de levar em consideração as questões de variação linguística, conduzindo, assim, seus alunos ao domínio discursivo do idioma e possibilitando a inclusão social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A PATOTA do pitaco. Disponível em:

<<http://apatotadopitaco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10-10-2012.

BUARQUE, Cristovam: O livro do MEC mantém o apartheid linguístico. Disponível em:

<<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/16/cristovam-buarque-o-livro-do-mec-mantem-o-apartheid-linguistico>>. Acesso em: 10-10-2012.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 10-10-2012.

ODE à Ignorância em um país de nanicos culturais. Disponível em:

<<http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=70936>>. Acesso em: 10-10-2012.

POLÊMICA ou ignorância? Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/politica/polemica-ou-ignorancia>>. Acesso em: 10-10-2012.

POR UMA VIDA MELHOR. O livro que ensina nós a pegar o peixe. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/economia/por-uma-vida-melhor-falando-portugus-errado>>. Acesso em: 10-10-2012.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, ALB. Mercado de Letras, 1996, 96 p., Coleção Leituras do Brasil.

RAMOS, H Escrever é diferente de falar. In: Viver, aprender. Educação de Jovens e Adultos – Por uma vida melhor. Organização: Ação Educativa – Assessoria, pesquisa e Informação. Brasília: Ministério da Educação 2011

SOBRE A POLÊMICA do livro didático "Por uma Vida Melhor" e o tal "preconceito linguístico" de Heloísa Ramos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fTYPtiH71-A>>. Acesso em: 10-10-2012.